

O CRASTO DE SOURE NO ESTUÁRIO DO MONDEGO NO FINAL DO I MILÉNIO A.C.: AS EVIDÊNCIAS MATERIAIS

Sara Almeida

CEAACP / Bolseira da FCT (SFRH/BD/129227/2017)
sara_almeida11@hotmail.com

Ricardo Costeira da Silva

FLUC / CEIS20
rcosteiradasilva@gmail.com

António João Nunes Monteiro

ajoaو.monteiro@gmail.com

ABSTRACT

The Crasto de Soure pairs up among the archaeological sites linked to protohistory and Romanisation of the Mondego lower basin. However, despite the interventions made and the supposed relevance of the archaeological settlement, only the preliminary news of the first archaeological excavations carried out in 1987 and 1990 are known. These were the most extensive works carried out at the site and provided a significant set of artefacts that have remained partially unpublished. In this regard, rather than reporting new findings at the site, this paper aims to explore the data gathered in those campaigns. A special focus is given to the study of material remains, which constitute the fundamental element to link the site to what will be a turning point in the occupation of this territory - the end of the 1st millennium BC.

Keywords: Mondego lower basin; Late Iron Age; Romanisation; Pottery.

RESUMO

O Crasto de Soure figura na constelação de estações da proto-história e romanização do Baixo Mondego. No entanto, apesar do histórico de intervenções e do reconhecido interesse do arqueossítio, pouco se conhece para além do que consta das informações preliminares decorrentes das primeiras escavações arqueológicas realizadas em 1987 e 1990. Destas, que terão sido os trabalhos de maior vulto desenvolvidos no local, procede um conjunto artefactual significativo e que permanecia parcialmente inédito. Neste contexto, mais do que anunciar novas descobertas no local, o presente trabalho procura explorar o potencial informativo dos dados reunidos naquelas campanhas. Para tal, dá-se especial ênfase ao estudo do espólio, elemento fundamental para ligar a estação a um momento charneira na ocupação deste território – os finais do I milénio a.C.

Palavras-chave: Baixo-Mondego; II Idade do Ferro; Romanização; Cerâmica.

1. APRESENTAÇÃO

Inscrito na bacia inferior do Mondego, o Crasto de Soure corresponde a uma colina calcária de topo aplanado que se eleva a 46 m de altitude, a Norte da vila medieval de Soure (Fig. 1 a 3). Este relevo dolomítico desenvolve-se em esporão sobranceiro ao rio Arunca, encaixado entre a confluência do rio Anços e da ribeira de Milhariça, no troço em que aquele rio de planície atravessa o amplo vale de formações aluvionares até desaguar na margem esquerda do Mondego. Ocultado a Norte pela elevação fronteira de Mucate (66 m), contra a qual estrangula a passagem do Arunca, o morro do Crasto apresenta boas condições de defensibilidade em todos os flancos, excepto no meridional, pelo qual ainda hoje se faz o acesso à plataforma cimeira.

A paisagem é marcada por um relevo de baixa altitude (cotas inferiores a 100 m) muito embora com alguma diversidade, patente sobretudo no contraste entre as planícies aluvionares do Arunca e Anços e as colinas gresosas e calcárias que as contornam (CUNHA 1986: 32).

A elevação detém amplo domínio visual sobre o território envolvente, particularmente sobre a várzea do rio. Acresce que o troço navegável do rio se estende por 12 Km, entre a foz e Soure (MARTINS 1940: 97), colocando o Crasto precisamente no final do percurso navegável do Arunca.

É precisamente o reconhecimento destas condições naturais juntamente com o sugestivo topónimo (Crasto/Cova da Moura) que motiva em 1985 a batida de campo que determina a identificação da ocupação arqueológica do sítio por um de nós (MONTEIRO 1994a: 56). Paradoxalmente, a descoberta do sítio dá-se precisamente no momento em que o morro se encontrava em fase de loteamento urbanístico. Esta circunstância irá acarretar a vasta destruição de contextos estratigráficos (nomeadamente durante a abertura de acessos) e a paulatina descaracterização toponímica do local, com a imposição da nova designação – “Encosta do Sol”. É no quadro deste processo de urbanização que se desencadeiam as subseqüentes intervenções de emergência e salvaguarda arqueológica.

O sítio arqueológico encontra-se registado na base de dados Endovélico com o nº 7461, surgindo classificado como “povoado fortificado do período romano”. Aqui facilmente se apura a natureza, extensão e resultados das distintas intervenções arqueológicas realizadas no local até à data. As primeiras sondagens ocorrem logo em 1987 na encosta Leste, sucedendo-se uma segunda campanha em 1990 (MONTEIRO 1994a e 1994b). Contudo, apesar da prossecução dos empreendimentos imobiliários no local, só para 2006 temos conhecimento do retomar das acções de salvaguarda com a realização de intervenções de minimização referentes a quatro lotes¹. Subsequentemente, até 2011 registam-se novas acções de escavação e acompanhamento arqueológico em mais três lotes² (Fig. 4). Em 2013, a estação é abrangida na acção de *Relocalização, identificação e monitorização de Sítios pela Direcção Regional de Cultura do Centro*, onde numa nota de assumida preocupação se lê que: “O local tem sido progressivamente destruído pela construção de lotes para habitação”.

Apesar do histórico de intervenções e do reconhecido interesse do arqueossítio, pouco se conhece acerca dos contornos da sua existência, para além do que consta nas notícias iniciais que decorrem das intervenções de 1987 e 1990.

Neste sentido, mais do que anunciar novas descobertas no local, procura-se no presente trabalho explorar o potencial informativo das campanhas de 1987 e 1990, particularmente no que ao espólio cerâmico diz respeito, por estes corresponderem aos trabalhos de maior vulto desenvolvidos até hoje no local e dos quais resultou a recuperação do conjunto artefactual mais numeroso e significativo³.

1 Trata-se do Acompanhamento/Sondagens Arqueológicas nos Lotes 91 e 92 (dirigido por Gina Dias), no Lote 49 (dirigido por José Costa Santos) e no lote 48 (dirigido por Ana Lima Revez).

2 No Lote 24, dirigido por Gina Dias (2007), no lote 34 dirigidos por José Costa Santos (2009) e no lote 41 dirigidos por António Ginga (2011).

3 Refira-se que após este trabalho de análise o espólio foi depositado à guarda da CMS. Teria ainda sido desejável observar o espólio da intervenção realizada em 2006 no lote 49 por J. Costa Santos e em depósito na Direcção Regional da Cultura do Centro, embora, a leitura do respectivo relatório técnico possibilite uma boa noção desta colecção.

2. AS ESCAVAÇÕES DE FINAIS DO SÉC. XX.

Uma visita ao local, dois anos após a sua descoberta, revelou a crescente ameaça e destruição da estação com a construção de várias casas e abertura de um segundo arruamento na encosta Leste. Contactado o então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro (SRAZC), foi decidida a realização de uma intervenção de emergência que permitisse uma melhor classificação do local.

Os trabalhos dirigidos por um de nós (ANM) decorreram no Verão de 1987 e foram financiados pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), contando com o apoio da Câmara Municipal de Soure (CMS).

Devido à densidade do arvoredado (carvalhos, espinheiros e oliveiras) e coberto vegetal arbustivo, esta primeira escavação incidiu na encosta oriental do morro, onde os trabalhos de terraplanagem haviam já posto a descoberto, nalguns pontos, a rocha calcária e permitiam verificar a ocorrência de uma potência estratigráfica superior, comparativamente à encosta ocidental. Os 128 m² escavados concentraram-se em duas clareiras existentes, tendo-se aberto igualmente duas sondagens (n^{os} 1 e 2), na zona mais elevada a Oeste (Fig. 5).

À excepção do núcleo de sondagens mais oriental (designado com letras capitais), nas restantes áreas abertas constatou-se a fraca espessura do solo, praticamente sem espólio, sobre o afloramento calcário. Ao invés, naquela zona (quadrados A a D3), a particular constituição estratigráfica e abundância de espólio foi interpretada como decorrente do transporte de terras do topo do relevo, em virtude da actividade de extração de pedra (Fig. 6). Na verdade, toda a elevação denotava grande exploração de calcário evidenciando-se esta especialmente intensa e profunda nas vertentes Oeste e Nordeste, sobranceiras ao Arunca, ao ponto de terem arrasado os algares aí anteriormente existentes (as tais “Covas da Moura”). Refira-se ainda que no núcleo mais a Norte (designado com algarismos) se descreve uma mancha formada pela acumulação de elementos pétreos de difícil interpretação.

Nesta primeira campanha de escavação, apesar do considerável volume de espólio recolhido, não foi possível identificar quaisquer estruturas ou contextos deposicionais primários, constatando-se na generalidade uma estratigrafia magra ou, por oposição, constituída por estratos de aterro e coluvionais, concretamente no núcleo oriental, de declive superior.

Posteriormente, em 1990, regista-se um novo alerta dirigido ao SRAZC após a constatação de trabalhos de remoção de terras promovidos pelos proprietários. Esta situação justifica a programação de uma nova campanha de escavações arqueológicas, que foi precedida por trabalhos de prospecção geofísica dirigidos por elementos do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro e da Secção Autónoma de Engenharia de Minas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra⁴. Os subsequentes trabalhos de escavação incidiram na plataforma Leste da elevação, por forma a abranger a zona onde se previa a construção das próximas moradias, coincidindo igualmente com as anomalias geofísicas identificadas⁵.

O registo estratigráfico repete-se em quase toda a área intervencionada, e caracteriza-se por apresentar um nível pouco espesso de terra escura, correspondente ao solo arável, assente em argila, ora amarela ora avermelhada, que podia apresentar bolsas mais escuras com material cerâmico. Num dos quadrados (50 da área XXI) assinala-se a identificação de uma pequena mancha de argila muito compacta com vestígios de cinzas, interpretada como resto de um pavimento. Mais a Norte, a limpeza de uma vala mecânica havia colocado à vista uma estrutura – aparentemente o alicerce de um muro – com orientação SSE/NNW. A escavação desta zona (quadrados 42 e 45 de

4 A não execução dos trabalhos de desmatção assumidos pelo município comprometeu a realização da prospecção programada, embora tenha sido possível desenvolver a leitura magnética numa área mais reduzida, de 58 por 72 m. O mapeamento dos valores registados, nas 2.780 leituras revelou várias anomalias, confirmadas posteriormente como perturbações na continuidade estratigráfica (MONTEIRO 1990: 3).

5 Esta segunda intervenção de emergência decorreu naquele ano, sob a mesma direcção, com financiamento do IPPC, apoio do Museu Monográfico de Conimbriga e da CMS e abrangeu uma extensão total de 272m.²

XXI e 2 e 3 de XXVII) revelou uma estratigrafia mais espessa (Fig. 6 e 7). Assim, no nível de construção da referida estrutura exumaram-se os grandes recipientes de cerâmica comum oxidante, descritos adiante (Fig. 9). Já a recolha de escória e a abundância de cinzas verificada a sul do muro, levou a que se suspeitasse da presença de uma estrutura de combustão nas imediações.

Estas intervenções revestem-se de considerável relevância pois permitiram obter uma imagem preliminar da estratigrafia da estação (potência e perturbações) e recolher um conjunto artefactual de inquestionável interesse. No entanto, são muito limitados os vestígios de estruturas a reportar, assinalando-se apenas o referido muro e provável pavimento. Estes resultados devem-se, naturalmente, quer às desfavoráveis condições do terreno (magreza e revolvimento do solo) quer ao carácter circunscrito das escavações, condicionado pela falta de meios para a realização de trabalhos de maior fôlego, nomeadamente em *open area*.

Ainda a propósito das realidades arqueológicas registadas no topo do morro, deve-se assinalar o importante contributo científico da intervenção desenvolvida em 2006 por José Costa dos Santos, a SW da área já explorada nos finais do séc. XX (Fig. 5). Consistiram estes trabalhos na realização de cinco sondagens de avaliação e diagnóstico e posterior acompanhamento da remoção mecânica de terras no lote 49. Somente as sondagens 1 e 2 proporcionaram a recolha de espólio arqueológico (cerâmico, lítico, metálico e faunístico), revelando-se, nesta última, vestígios de uma estrutura habitacional (SANTOS 2008: 26). Estes surgiram de forma sobreposta ou contígua e compreendiam dois pavimentos de terra batida, uma lareira não estruturada e uma aparente base de cabana de forma elipsoidal (com 2,8 m de diâmetro máximo) escavada na argila.

Estes dados vêm realçar a existência de níveis ocupacionais preservados de época proto-histórica nesta área do Crasto, tal como as intervenções anteriores já haviam apontado. Estes contextos parecem cingir-se a espaços que escaparam às perturbações pós-deposicionais, ocorrendo de forma descontinuada no terreno, vindo reforçar a importância de se assegurar o cumprimento das medidas de salvaguarda patrimonial no quadro dos empreendimentos construtivos previstos para este povoado.

3. CULTURA MATERIAL

Face ao exposto e dada a reduzida eloquência dos contextos arqueológicos identificados, tanto sedimentares como estruturais, ganha preeminência a informação extraída do estudo da cultura material. Este universo é claramente dominado pelo espólio ceramológico que merece, assim, especial atenção no seio deste estudo.

Do conjunto de cerca de 6000 fragmentos cerâmicos recuperado nas escavações realizadas em 1987 e 1990, contabilizam-se 474 recipientes (número mínimo de indivíduos - NMI) de cerâmica utilitária. O carácter repetitivo e pouco diferenciado deste material, independentemente dos contextos de proveniência (correspondentes na sua maioria a estratos superficiais de formação coluvional), justificou uma abordagem global ao espólio sem atender à referência estratigráfica específica. Do ponto de vista metodológico, a cerâmica foi analisada em função dos aspectos técnicos macroscopicamente observados (características da pasta, superfícies e cozedura) e, subsequentemente, dos modelos formais.

Em termos gerais, no conjunto apenas se inscrevem recipientes de cerâmica a torno (incluindo a torno lento), correspondentes, na esmagadora maioria, a produções de cerâmica comum de presumível origem local ou regional. Desta forma, atendendo às características tecnológicas observadas, individualizam-se sete fabricos gerais. Estes fabricos que abaixo se descrevem, assumem, como veremos, diferente peso percentual (Fig. 8) bem como um perfil morfo-funcional individual consistente.

3.1. CERÂMICA COMUM OXIDANTE

Este fabrico encontra-se associado a pastas depuradas, compactas, com moderados elementos não plásticos (ENP), nomeadamente mica e calcite de pequeno calibre ($\leq 0,5$ mm) e distribuídos de forma homogénea. Na generalidade, as peças indiciam cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. As pastas apresentam cerne de coloração cinza claro a beije e margens cor de laranja e mais raras vezes rosadas ou creme. O tratamento superficial resume-se ao alisamento.

Neste fabrico, de boa qualidade técnica, registam-se 82 NMI, que equivalem a 17% do conjunto.

Destes, a grande maioria (62 NMI ou 76% do grupo) corresponde a grandes recipientes fechados de armazenamento. São vasilhas de grande porte, estranguladas por bordos (com abertura entre 30 a 38 cm de \emptyset) revirados para o exterior, com lábio de perfil redondo ou quadrado (Fig. 9). Ocasionalmente, estas peças podem ostentar decoração incisa no ombro. No contexto regional registam-se paralelos formais na cerâmica da II Idade do Ferro de Santa Olaia (PEREIRA 2009: fig. 44, n^{os} 57 e 59), nas produções de cerâmica quartzo-micácea de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. V e VI, n^{os} 84, 81B, 81C, 87 a 93) e em recipientes de fabrico manual de Coimbra (ALMEIDA *et alii* 2011: fig. 7, n^o 6; ALMEIDA, SILVA, VILAÇA 2015: fig. 5, n^o 6). Recorde-se que estas vasilhas de perfil evoluído e de cronologia tardia dentro do I milénio, possivelmente já de uma fase coeva dos primeiros contactos romanos na região, se encontravam concentradas num contexto estratigráfico específico, associado à construção da estrutura murária identificada em 1990 (Fig. 7).

As restantes peças inscritas neste segmento produtivo correspondem a potes de médio porte enquadradas num modelo formal que se repete noutros fabricos – cf. cerâmica redutora, cerâmica comum alveolar e cerâmica comum calcítica, oxidante e redutora (Fig. 10, 3).

Há ainda a assinalar a presença de duas peças singulares no conjunto. Uma (Fig. 10, 1) corresponde a um pequeno vaso (9,5 cm \emptyset) de perfil completo, modelado a torno lento. A peça de paredes irregulares, alisada, apresenta pasta friável, com ENP mal calibrados, variando do laranja ao castanho acinzentado. Para este exemplar antevê-se afinidade a alguns vasos manuais, um pouco maiores, de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. III, n^o 34 e 35) bem como a dois recipientes do Castro de Bagunte, identificados como possíveis cadinhos/recipientes para limalhas da II Idade do Ferro (ALMEIDA *et alii* 2020: fig. 3, n^o 6 e 7; ALMEIDA 1974: 195, fig. XVIII - n.º 4; SILVA 1986: fig. LXI, n.º 3).

A segunda peça, possivelmente reportável aos inícios da ocupação do período romano, corresponde a um prato de bordo vertical de pasta muito compacta e depurada, com cerne cinza e superfícies laranja vivo (Fig. 10, 2). Para a mesma e em termos formais assinala-se paralelo em prato de cerâmica cinzenta fina de tradição indígena de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. IX, n^o 160).

3.2. CERÂMICA COMUM REDUTORA

Em termos quantitativos este fabrico é menos expressivo, compreendendo 8% da colecção (37 NMI). Esta produção assemelha-se à anterior, embora evidencie coloração escura (possível indicador de uma cozedura redutora) e pastas tendencialmente mais grosseiras, compactas, com presença moderada de ENP (quartzo, areia quartzítica e calcite) de médio calibre (0,5 a 1 mm) e superfícies foscas.

As vasilhas recuperadas correspondem a recipientes fechados de médio porte (15 a 18 cm \emptyset) enquadráveis nas categorias de potes e panelas, muito embora se registe a ocorrência residual de formatos de maior (25 a 27cm \emptyset) e menor (10cm \emptyset) dimensão. Os perfis identificados são bojudos, com bordos esvasados, em aba oblíqua com dorso plano ou ligeiramente côncavo (Fig. 10, 5 a 9). Esta forma encontra-se igualmente patente nos restantes fabricos de cerâmica comum, embora seja predominante e característica dos fabricos redutores. Trata-se de um formato vulgar nos repertórios

sidéricos tardios (e inclusivamente pós-sidéricos) que marca presença em Santa Olaia (PEREIRA 2009: fig. 45), em Conimbriga nas produções de grés cinzento (ALARCÃO 1975: Pl. VII, nºs 113 a 121) e cerâmica aluvionar (*Ibid.*: Pl. VIII, nºs 141, 145 e 150), ambas de tradição indígena e em *Aeminium* em cerâmica cinzenta alto-imperial (SILVA, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, CARVALHO 2018: 35, fig. 7 - nºs 1, 2 e 11). Em termos funcionais parece haver uma clara associação deste fabrico a recipientes de cozinha (do tipo panela), quer pela dimensão das peças quer pelo seu perfil tecnológico.

3.3. CERÂMICA DE TEXTURA ALVEOLAR

Dentro das produções de cerâmica utilitária assinala-se um fabrico de média qualidade caracterizado pelas pastas por vezes friáveis, de coloração laranja vivo a laranja acastanhado, com abundantes ENP (quartzo e calcite) de médio calibre (0,5 a 1 mm) e superfícies alisadas. A principal característica que distingue este grupo é o aspecto superficial favado, coberto por alvéolos (sobretudo na face interna), revelando uma aparência característica, esponjosa, semelhante à cortiça. Este traço distintivo poderá resultar do fraco controle do processo de produção ligado aos atributos da matéria-prima ou do próprio processo de cozedura. Assinala-se a sua presença igualmente em Santa Olaia, associada a vasos de armazenamento de grande e médio porte, quer manuais quer montados ao torno⁶.

Este grupo engloba 10% do conjunto, num total de 50 peças. Correspondem a recipientes fechados, de bordo esvasado e simples, maioritariamente de médio porte (15 a 22 cm Ø), embora também se registem formatos maiores (26 a 29 cm Ø) e um exemplar de pequena dimensão (9,5 cm Ø) (Fig. 11). Embora, tal como no conjunto geral, predominem as formas lisas, há ainda a assinalar a ocorrência de decoração incisa neste segmento de produção (Fig. 11, 7 e 9).

Estes recipientes, supostamente ligados a funções de armazenamento, encontram eco formal nas cerâmicas quartzo micáceas e manuais de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. II, III e V) e em cerâmica calcítica de Santa Olaia (ALMEIDA *et alii* 2021a: fig. 4, nº 6). Desta linha formal, apenas se excluem duas peças abertas (Fig. 11, 1 e 2) de perfil simples.

3.4. CERÂMICA CALCÍTICA OXIDANTE

Distingue-se ainda um grupo tecnológico com pastas medianamente compactas, que oscilam entre o laranja vivo ao laranja apagado, integrando abundantes ENP (calcite) de médio e grande calibre (0,5 mm a >1mm) por vezes mal distribuídos e superfícies da mesma cor, alisadas. Produções de características semelhantes surgem documentadas em peças manuais de Conimbriga - *céramique calcaire non torne* (ALARCÃO 1975: 43), Coimbra (ALMEIDA *et alii* 2021b: 74, fig. 8, nº 1) e em Santa Olaia, em artefactos quer manuais quer montados ao torno (ALMEIDA *et alii* 2021a: fig. 4, nº 1 e 6).

O grupo corresponde a 9% da colecção (41 NMI) e engloba vasos de médio/grande porte (31 a 40 cm Ø). Trata-se de um tipo tendencialmente de maior dimensão do que os potes/panelas associados aos fabricos redutores. Tal como o fabrico anterior e as produções de cerâmica comum oxidante, estaria aparentemente destinado ao armazenamento. As peças reunidas apresentam formato pouco sinuoso, com bordo em aba soerguida, lábio plano e ombros geralmente descaídos (Fig. 11, 1 a 5). Um fragmento integrável neste fabrico apresenta decoração incisa (Fig. 11, 6).

Este modelo de pote de perfil arcaizante surge representado nas estações conhecidas da região, nomeadamente em Santa Olaia (PEREIRA 2009: fig. 33), Coimbra/*Aeminium* (ALMEIDA, SILVA, VILAÇA 2015: fig. 5, nº 4) e Conimbriga em diversos fabricos (ALARCÃO 1975: Pl. II, nº 12; Pl. III, nº 43; Pl. V, nº 77; Pl. VIII, nº 127).

⁶ Informação apurada no âmbito do estudo da cerâmica de Santa Olaia integrada no programa doutoral de um dos autores (SA) – *Dinâmicas culturais na área de influência do Mondego no I milénio a.C.*

3.5. CERÂMICA CALCÍTICA REDUTORA

Em tudo semelhante ao fabrico anterior, nomeadamente na textura e compacticidade das pastas, com abundantes ENP (calcite e quartzo) de médio calibre (0,5 a 1 mm), distingue-se pela coloração escura de pastas e superfícies.

Incluem-se nesta categoria 67 recipientes equivalentes a 14% da colecção. Em termos formais o registo é dominado por formas fechadas de pequeno porte (13 a 19 cm Ø) correspondentes a potes e painéis de perfil em S (Fig. 12, 7 a 11). Para estas formas apontam-se os mesmos paralelos indicados para as peças em cerâmica comum redutora (Cf. 3.2.).

3.6. CERÂMICA CINZENTA FINA

No acervo geral, a cerâmica cinzenta fina é, manifestamente, a produção mais abundante, totalizando 39 % do conjunto (183 NMI). Este grupo apresenta pastas leves, depuradas, com raros ENP (mica, calcite e areia quartzítica) de pequeno calibre (< 0,5 mm) e superfícies tendencialmente erodidas (ásperas e desagradáveis ao toque), embora por vezes conservando vestígios de polimento ou afagamento original.

Dentro deste conjunto, distinguem-se três subgrupos. O mais expressivo, correspondendo a 66% destas produções (120 NMI) reporta-se a um fabrico de tonalidade clara, oscilando entre o beije e o cinza-claro. O segundo subgrupo (30% e 55 MNI) inclui peças de tonalidade escura e superfícies externas normalmente polidas. Finalmente, o último subgrupo é meramente residual, representado apenas por 8 NMI (4% do grupo) distinguindo-se dos restantes por evidenciar cozedura oxidante com pastas de coloração entre o castanho rosado e salmão, depuradas, com inclusão de elementos ferruginosos e superfícies negras, intensamente polidas no exterior.

A colectânea formal associada é composta por três formas principais que podem ocorrer em dimensões variáveis. A tipologia mais frequente reporta-se a potes de perfil em S, com cordão/toro na zona de estrangulamento do colo e ressalto na ligação entre o ombro e a pança. Inscrevem-se nesta categoria peças de média dimensão (entre os 17 a 25 cm Ø) (Fig. 14, 2 a 8), embora pareçam ocorrer igualmente em formato reduzido (11 a 12 cm Ø) no subgrupo da cerâmica cinzenta fina clara (Fig. 13, 1 e 2). Ostentam frequentemente decoração brunida (traços, meandros, reticulados, entre outros) disposta em bandas horizontais, no colo, ombro ou bojo. No contexto regional este tipo marca presença no repertório sidérico de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. XIV, n.º 276 a 279 e CORREIA 1993: fig. 7, n.º 6 e 7) e Santa Olaia (*vide* nota 7). Já os pequenos recipientes colhem paralelo mais tardio em Conimbriga em produções pós-republicanas (ALARCÃO 1975: Pl. XXIII, n.º 468) e em peças alto-imperiais de *Aeminium* (SILVA, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, CARVALHO 2018: fig. 9).

Igualmente bem representados são os potinhos/pucarinhos (9,5 a 12 cm Ø) estreitos e de colo elegante com ressalto na ligação do bojo (Fig. 13, 3 a 5), podendo apresentar asa em rolo. É possível que duas pequenas asas, uma geminada e outra decorada (Fig. 13, 12), possam armar peças deste tipo. Surgem em Conimbriga em cerâmica de tradição indígena (ALARCÃO 1975: Pl. XII, n.º 258) e em produções mais tardias (*Ibid.*: Pl. XXIII, n.º 468B), bem como em *Aeminium* (Coimbra) em cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial (SILVA, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, CARVALHO 2018: fig. 9, n.º 6).

Há ainda a destacar a recolha de púcaros (11,5 a 16 cm Ø) de corpo mais largo e sem decoração (Fig. 13, 6 a 8), não sendo claro tratar-se de recipientes de uma ou duas asas, como no caso de peça similar de Conimbriga (ALARCÃO 1975: Pl. XIII, n.º 254).

A este padrão formal, associam-se ainda 27 asas em rolo e quatro bordos trilobados que pertenceriam, neste caso, a jarros cujo perfil não é possível precisar, mas eventualmente na linha do vaso com decoração brunida e incisa n.º 9 (Fig. 13).

Destaca-se ainda, pela raridade, a recolha de duas taças de paredes côncavas (Fig. 14, 1), forma particularmente abundante em contextos regionais da Idade do Ferro e de meados do milénio

(*Ibid.* 1995: Pl. IX e X; PEREIRA 2009: fig. 35 e 36; ALMEIDA, SILVA, VILAÇA 2015: fig. 6; ALMEIDA *et alii* 2021b: fig. 10, n.º 1 e 2).

Finalmente, dá-se destaque a um fragmento de recipiente fechado que ostenta desenho inciso, riscado na face externa, junto à base, em momento anterior à cozedura (Fig. 13, 16 e Fig. 17). As linhas são traçadas com firmeza e intencionalidade na resistência da pasta já seca, compondo uma imagem aparentemente figurativa. Lamentavelmente, o motivo representado encontra-se incompleto. Contudo, levanta-se a hipótese de poder esboçar uma embarcação, nomeadamente a proa de um barco com contraestai e parte do massame. Esta leitura reveste-se de particular interesse ao permitir, com as devidas cautelas, adicionar esta gravura aos registos conhecidos de iconografia naval pré-romana da fachada atlântica (ARRUDA 2019).

No seu conjunto, este segmento produtivo revela uma forte presença regional, quer nos finais da II Idade do Ferro (CORREIA 1993: 243; PEREIRA 2009: 76) quer no início do período romano, incluindo durante o alto-império, nas chamadas *cinzentas finas polidas* (ALARCÃO 1975: 88; SILVA, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, CARVALHO 2018: 32), estendendo-se neste registo pela fachada atlântica, para lá do Vouga (CENTENO, MORAIS, SOEIRO 2014).

3.7. CERÂMICA OXIDANTE FINA

Finalmente, o último fabrico de que se dá nota engloba uma produção de boa qualidade, equivalente ao fabrico anterior em termos de compacticidade, textura das pastas e acabamento superficial, mas denotando cozedura oxidante com colorações no espectro do laranja. Conta somente com 14 NMI (3% dos indivíduos).

Também o padrão formal decalca os modelos associados à cerâmica cinzenta fina. Reconhecem-se peças fechadas, de médio porte (16 a 23 cm Ø), de bordo simples, esvasando na continuidade da contracurva do colo que pode ser cintado com cordão (Fig. 14, 10 a 12) semelhante a cerâmica sidérica de Conimbriga (CORREIA 1993: fig. 16, n.º 1). Tal como na versão cinzenta, também nesta produção se identificam asas em rolo (3) e geminadas (1), que indiciam a existência de púcaros/jarrinhos, bem como fragmentos com decoração brunida (Fig. 14, 13).

Destaca-se ainda a presença de um bordo em aba soerguida com vestígios de pintura castanho-alaranjado de difícil adstrição crono-cultural (Fig. 14, 14).

3.8. OUTROS MATERIAIS

Para além da cerâmica comum, indica-se a recolha de outras categorias de espólio, parte dele já conhecido.

Em primeiro lugar, destaca-se a identificação de alguns fragmentos de bojo pertencentes a recipiente anfórico que se vêm juntar ao anterior achado de superfície de uma asa. Estes apresentam pasta alaranjada de tendência grosseira e granulosa devido à abundância de desengordurantes (quartzo e partículas negras vulcânicas) com superfícies revestidas por aguada clara, características das produções itálicas Dressel 1 ou Greco-itálicas cuja produção tradicionalmente se fixa entre o terceiro quartel do séc. II a.C. e os finais do séc. I a.C. (PEACOCK, WILLIAMS 1986). Consequentemente a presença destes contentores vinários conecta o sítio à fase inicial do processo de ocupação romana do ocidente peninsular que se faz sentir ao longo da faixa costeira e principais eixos fluviais (PIMENTA 2005: fig. 31). O Mondego ilustra bem esse processo, arrolando-se a presença destas importações nos principais pontos do estuário, nomeadamente em *Aeminiun* (SILVA, CARVALHO, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ 2018: 134), Conimbriga (ALARCÃO 1976: 8081; BURACA 2005) e Santa Olaia (SILVA, ALMEIDA, PEREIRA 2021: 123), a que se junta o provável naufrágio de Arruelas (Maiorca) (IMPERIAL 2017: 15-21).

Para o período romano cabe ainda destacar o achado superficial de uma *tegula* recolhida no topo do outeiro por um de nós (ANM).

Ainda no que respeita aos artefactos cerâmicos, mas desta vez ligados à produção têxtil anota-se um conjunto de nove cossoiros lisos, produzidos à mão. Tendo em conta os parâmetros formais e recorrendo à tipologia adaptada para Cabeça de Vaiamonte (PEREIRA 2013), oito enquadram-se no grupo de peças troncocónicas assimétricas (Tipo D) e uma no grupo das esféricas (Tipo A) (Fig.16, 7 e 8). O achado de um provável fuso em osso, também interpretado como alfinete (MONTEIRO 1994a: 57) poderá igualmente remeter para a actividade de fiação no local (Fig. 16, 9)

É ainda referida a recolha de restos de material de construção ou revestimento, sob a forma de nódulos de barro de pequena dimensão, revelando por vezes a impressão de elementos vegetais, exumados nas intervenções do séc. XX e na intervenção de 2006 no lote 49 (SANTOS 2008). Estes elementos testemunham, pois, a presença de estruturas precárias revestidas com barro de cabana, bem como de pisos em barro cozido, que podem ser decorados, como parece atestar um pequeno fragmento com círculos impressos (Fig. 16, 11). A presença deste tipo de pisos decorados é conhecida na região centro mencionando-se os casos da II Idade do Ferro de Conimbriga (ARRUDA 1988/89: Est. IV) e Viseu (ALMEIDA *et alii* 2007: fig. 7) e um exemplo mais tardio (de inícios da romanização - séc. II - I a.C.) do castro de Ovil (SALVADOR, SILVA 2020: 1098).

Entre o espólio metálico, recorde-se a identificação de um conjunto de fíbulas que se constituiu na principal âncora cronológica da estação (MONTEIRO 1994a). Cinco correspondem a fíbulas de tipo transmontano /Ponte 32 a (Fig. 16, 1 a 3), incluindo uma ainda inédita (Fig. 16, 4) com horizonte cronológico entre finais do séc. IV e a primeira metade do séc. I d.C. (PONTE 2004 e PONTE 2006: 451, nº 135, 136, 137). Já conhecida era uma fíbula anular /Ponte A50.1a de aro aberto (Fig. 16, 5), datável entre finais do séc. IV a.C. e II a.C. (PONTE 2004). Na categoria dos metais refira-se ainda a recuperação de uma foice em ferro com pedúnculo, de diversos fragmentos não identificáveis em ferro e bronze e restos de escória⁷. Ainda neste campo, refira-se a recolha de um denário de prata com emissão datada de 90 a 80 a. C. na zona Sudeste do Crasto (PIMENTA 2011: 28).

No âmbito da cultura artefactual é ainda contabilizado o achado de uma conta em pasta vítrea azul escuro (Fig. 16, 6).

Relativamente aos artefactos líticos arrola-se um possível raspador⁸ recolhido em 1987 e uma ponta de seta em sílex recolhida em 1990 (Fig. 16, 10). Registe-se ainda a indicação de um fragmento de mó manual na acumulação de pedras do quadrado 9 de 1987. Aparentemente, as recolhas realizadas no lote 49 revelaram-se mais profícuas com menção a artefactos em sílex (núcleos, lâminas, micrólito e raspadeira) e em anfíbolito (lascas, percutor e afiador) (SANTOS 2008: 10). Dá-se ainda nota da menção a uma “base de coluna. Medidas em cm: 31,5 x 31,5 x 36,5” referida na ficha nº 16 referente ao Crasto, constante na Carta arqueológica do concelho de Soure (FERREIRA, LAPA 1987) que se presume ser em pedra e que aponta para a existência de um edifício notável neste local.

Por fim e no que respeita aos vestígios orgânicos, refira-se a exumação de fauna mamalógica, resultante dos restos alimentares da comunidade do Crasto. Mais enigmática se afigura a nota do achado superficial de restos osteológicos humanos que, há falta de contexto arqueológico preciso, resulta de difícil interpretação e datação⁹.

3.9. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CULTURA MATERIAL DO CRASTO

⁷ As fíbulas anteriormente publicadas, o fragmento de peça em bronze não identificável e a foice foram submetidas a trabalhos de conservação no Museu Monográfico de Conimbriga e posteriormente cedidas temporariamente à CMS, à guarda da qual permanecem. Na intervenção realizada no lote 49 documenta-se a recolha de fragmento informe em bronze, bem como escória (Santos 2008)

⁸ Entregue em 1989 à SRAZC.

⁹ Estes restos antropológicos, recolhidos aquando da identificação do sítio em 1985 foram, no mesmo ano e juntamente com as restantes recolhas de prospecção, entregues à SRAZC.

Tal como já mencionado, não se considerou pertinente abordar o conjunto artefactual tendo em consideração a proveniência estratigráfica devido à escassez de contextos primários identificados e ao facto de grande percentagem do espólio provir de estratos superficiais e/ou revolvidos. A esta manifesta uniformidade estratigráfica, acresce uma certa homogeneidade em termos da distribuição espacial da cerâmica que é, por sua vez, reforçada pelo que aparenta ser a curta duração desta ocupação. O espólio cerâmico observado, muito embora pouco extenso em termos quantitativos e bastante fragmentado, revela-se constante e coerente nas suas características gerais.

Um dado digno de realce é sem dúvida a ausência de cerâmica manual nos conjuntos recolhidos em 1987 e 1990. Trata-se de uma situação pouco comum no registo material das estações sidéricas e que não pode deixar de ser entendido como um forte indicador do carácter tardio desta colecção. Contudo, alerta-se para a noção deste lote não se afigurar inteiramente representativo da ocupação proto-histórica do Crasto, espelhando tão somente as realidades concretas escavadas naquelas datas, que parecem incorporar contextos tardios no quadro do I milénio a.C. Assim parecem apontar o achado superficial de um fragmento de cerâmica calcítica manual e os resultados obtidos por José Costa dos Santos em 2006, em cuja intervenção se regista a recolha de cerâmica manual (SANTOS 2008). Deste modo, mesmo que a percentagem de produções manuais recolhidas em 2006 possa ser inferior ao anunciado, o que importa realçar é a confirmação de existência de cerâmica manual proto-histórica na estação (*Ibidem*).

Voltando ao conjunto analisado, não deixa de ser interessante o contraste entre a razoável variedade de grupos tecnológicos constatados com a franca monotonia e repetibilidade do repertório formal (Fig. 15).

Outra tendência evidente é a aparente vocação funcional de determinados fabricos. Assim, por exemplo, os grandes recipientes de armazenamento de perfil evoluído associam-se à cerâmica oxidante de grande qualidade, enquanto os recipientes de armazenamento de perfil mais arcaico ocorrem em cerâmica de produção alveolar e calcítica. A este respeito e embora o referido segmento de grandes potes proceda de um contexto estratigráfico circunscrito, poderemos equacionar a eventual convivência de produtos de feição “tradicional” ou fabricados num contexto rudimentar com outros, fruto de contextos de produção mais especializados. Do mesmo modo, a designada cerâmica de cozinha, representada por painéis/potes de pequena a média capacidade, associa-se a fabricos mais grosseiros como a cerâmica comum redutora ou a cerâmica calcítica redutora. Por sua vez, as produções finas vinculam-se ao consumo (no caso dos pequenos potinhos e pucarinhos) e serviço de líquidos (púcaros), sendo ainda bastante expressiva a ocorrência de vasilhames de médio porte, facilmente conectáveis com funções de armazenamento de pequena/média capacidade.

Sobressai ainda a flagrante escassez de recipientes abertos, quer de cozinha quer de consumo - característica tendencialmente associada a contextos tardios e de influência continental. De facto, é este o cenário corrente no território regional envolvente, patente tanto em povoados da fachada atlântica como Salreu (SILVA *et alii* 2020), Castro de Recarei (MARTINS 2020) e Crestuma (SILVA, SOUSA, PINTO 2016) entre outros, como em sítios do interior como Viseu (ALMEIDA *et alii* 2007) ou o Castro da Cárcoda (PEDRO 2000). Nestes contextos, ditos castrejos, outro elemento característico é a decoração estampilhada, ausente no conjunto recolhido, embora aqui se testemunhe a típica decoração incisa (sob a forma de sequências de traços incisivos sobre cordões), impressa com roleta (SANTOS 2008: 56, Ilust. 131) ou mesmo decoração brunida, presentes nestes mesmos ambientes tardios.

O mobiliário artefactual poderá ainda remeter para a esfera de actividade feminina pela referência à fição. Esta conjectura reveste-se de algum interesse na medida em que a generalidade da cultura artefactual, incluindo os adereços como a conta de colar e as fíbulas não autorizam uma inequívoca adstrição de género o que dificulta a percepção da presença dos diferentes indivíduos que constituíam a comunidade que habitava o Crasto de Soure.

Em resumo, os elementos reunidos apontam para a inserção do espólio do Crasto dentro de um curto espectro cronológico. Neste contexto, o estudo das produções cerâmicas não vem alargar, mas quanto muito estreitar, a baliza diacrónica fixada entre os séc. IV e I a.C. pelos principais elementos de datação já conhecidos (fíbulas, numisma e fragmentos de ânfora de produção itálica).

4. NOTAS FINAIS

Dadas as favoráveis condições geográficas e referências crono-culturais, adivinha-se para o Crasto de Soure um papel de relevo no quadro do povoamento do Baixo Mondego nos finais do I milénio a. C. No entanto e contrariando estas expectativas, o sítio tem permanecido ausente dos principais estudos sobre o povoamento pré-romano e romano regional, talvez por conta do persistente manto de incertezas associado à estação. Com efeito, são consideráveis as dúvidas que o envolvem, mormente a que paira sobre a sua futura salvaguarda e conservação. Importa, nessa medida, convocar para a discussão os dados que se podem apurar sobre o povoado no sentido de o enquadrar historicamente, bem como chamar a atenção para o seu potencial arqueológico.

O sítio ressalta, antes de mais, pela favorável implantação topográfica, nomeadamente em termos de defensibilidade e controle visual. Destaca-se, contudo, o atributo que nos parece verdadeiramente determinante para a compreensão da sua posição estratégica – a sua localização no final, ou melhor dizendo, no início do curso navegável do Arunca, num ponto em que as duas elevações fronteiras (Mucate e Crasto) estrangulam o vale do rio, garantido o controle efectivo da sua passagem (MONTEIRO 1986: 37). Ou seja, esta é a posição que permite beneficiar em plenitude da navegabilidade deste curso fluvial. Esta seria uma situação ainda mais evidente no I milénio a.C., numa fase em que o estuário do Mondego se apresentava mais aberto, com alvéolos mais profundos e em relação mais imediata com o oceano (WATSMAN *et alii* 2009). Há que sublinhar essa característica, hoje pouco perceptível, em virtude do processo de assoreamento e de colmatção dos amplos fundos do vale que se faz sentir a partir de época romana e se intensifica durante o período medieval (*Ibid.*; MARTINS 1940: 87) – a integração plena na rede fluvial e a estreita relação com a própria orla marítima. Neste sentido, não seria exagerado considerar este um castro peri-litoral, à semelhança do de Salreu por exemplo, também ele interiorizado, neste caso não pelo fechamento do estuário, mas pelo avanço da linha de costa (SILVA *et alii* 2020: 1112). Adivinha-se, pois, neste tipo de localização, uma estratégia comprometida com actividades de troca e intercâmbio envolvendo a recepção e escoamento de produtos, procedentes do território circundante e o abastecimento desta mesma região com bens vindos de outros pontos. Este é um aspecto que se depreende pela análise das naturais condições geográficas e que não se vê objectivamente reflectido na cultura material – a não ser que se valorize o número de grandes recipientes de armazenamento, como remetendo para um espaço de aprovisionamento ligado ao abastecimento e redistribuição de bens alimentares. Efectivamente, o registo material parece indiciar um carácter autóctone, sem presença de materiais importados (exceptuando a conta de vidro e os escassos vestígios anfóricos). É possível que a principal rede de contactos onde se integraria o Crasto se centrasse na própria bacia do estuário e nas suas ramificações, privilegiando assim o contacto com as comunidades vizinhas, tais como Coimbra (*Aeminium*), Conimbriga e Santa Olaia. Repare-se, ainda, como estas assumem o mesmo tipo de relação de proximidade e domínio face à rede fluvial, ocupando pontos estratégicos de controle do rio ou dos seus afluentes.

Considerando a parcimónia dos vestígios descobertos, a organização e estruturação do povoado são precisamente um dos aspectos mais mal conhecidos da estação. Do desenho, planimetria, características e sequências construtivas do habitat pouco se pode perceber para além da identificação de um aparente fundo de cabana (SANTOS 2008: 43) e do alicerce de um muro. Igualmente desconcertante é o desconhecimento da existência de estruturas de delimitação perimetral do castro. Na realidade, dificilmente se pode conceber que um povoado desta cronologia e com estas características de implantação não fosse dotado de um qualquer sistema defensivo

(fosso, muralha ou talude) à semelhança dos núcleos de povoamento a Norte, nomeadamente entre Douro e Vouga (PEDRO, VAZ 2000; SILVA, PEREIRA 2020), a este respeito melhor caracterizada.

Para além disso, dada a explícita relação do Crasto de Soure com o rio, seria expectável a existência de um ponto de atracagem ou ancoradouro para apoio aos fluxos de navegação que daqui partiriam ou aqui chegavam. Este elemento certamente marcante na presumida lógica de funcionamento do sítio, pode, contudo, revelar-se de difícil identificação, tratando-se muito possivelmente de uma estrutura construída em madeira. De todo o modo, a análise e caracterização da ocupação da margem do rio, a par da investigação do núcleo ocupacional, afigura-se uma das linhas de pesquisa a desenvolver.

Outra dimensão não totalmente esclarecida é a do real horizonte ocupacional do sítio. Perante o forte cunho continental da cultura material, perspectiva-se como provável situar-se o momento fundacional em data não anterior ao final do séc. IV e possivelmente já dentro do séc. III a. C. Fica assim de momento afastada a existência de um nível proto-histórico mais antigo ligado ao Bronze Final ou Ferro Inicial (MONTEIRO 1994a: 58), bem como uma possível conexão aos depósitos metálicos de Gesteira, Coles de Samuel ou Vale Centeio (ARMBRUSTER, PARREIRA 1993: 54-55; VILAÇA 2007: fig. 40; VILAÇA 2008: fig. 4). A este respeito estão totalmente ausentes quaisquer resquícios da cultura de raiz orientalizante que floresceu no Mondego durante a I Idade do Ferro e que aqui ainda é muito visível em meados do I milénio a. C. (CORREIA 1993; ARRUDA 1997; PEREIRA 2009; ALMEIDA, SILVA, VILAÇA 2015). Ou seja, poderemos presumir para a comunidade aqui instalada, outra procedência que não a partir daqueles povoados do Mondego. Ou, em alternativa, conceber que em plena II Idade do Ferro e no advento da submersão no mundo romano a referida tradição orientalizante se havia já desvanecido no seio de um quadro social geograficamente fechado sobre si próprio e alheio aos influxos meridionais que se fazem sentir mais a Norte (SILVA, PINTO 2001; GONZÁLEZ RUIBAL 2006; FERRERBELDA *et alii* 2019).

Não menos problemática se afigura a confirmação do momento final de ocupação. Tal como no ponto anterior é a ausência de elementos que determina a atribuição cronológica. Assim, embora a presença dos fragmentos de ânfora itálica, a matriz tardia de alguns recipientes cerâmicos (particularmente em cerâmica comum oxidante e cerâmica cinzenta fina), o achado de superfície da *tegula*, da base de coluna e do denário republicano apontem para uma ocupação durante os primeiros contactos com o mundo romano, a inexistência de qualquer outro vestígio associado ao período pós-republicano inibe a formulação de um horizonte ocupacional desta época. Ou seja, nenhum elemento conhecido suporta uma ocupação do sítio para lá da mudança da Era. Sabemos, contudo, que foi extensa a exploração de calcário no morro, muito possivelmente relacionada com a consolidação da ocupação medieval da vila de Soure, e será de admitir que fenómenos de saque de material de construção em cantaria ou alvenaria aqui existentes tenham precedido a abertura das pedreiras espalhadas pelo Crasto. Recorde-se, por exemplo, o caso de Santa Olaia cujo castelo foi desconstruído para a construção da ponte do Barco (LOUREIRO 1874: 164) a ponto de praticamente não restarem vestígios da possante construção medieval. Não seria de estranhar que um fenómeno semelhante aqui houvesse ocorrido.

De todo o modo, é curioso observar que a Norte, na zona de influência do Vouga, o abandono de muitos destes povoados se dá precisamente na mudança da Era, como no caso de Salreu (SILVA *et alii* 2020: 1116) e Ovil (SALVADOR, SILVA 2020: 1098), eventualmente fruto de uma redefinição dos padrões de assentamento alto-imperial.

No estuário do Mondego não se vislumbra de forma clara um padrão. O Crasto de Tavadre não parece ter conhecido a anunciação do período romano, tendo sido aparentemente abandonado ainda na II Idade do Ferro. No interior do estuário, Santa Olaia terá perdido expressão como núcleo populacional durante o alto-império (SILVA, ALMEIDA, PEREIRA 2021: 128). Ao invés, os aglomerados centrais de Coimbra (*Aeminiium*) e Conimbriga reforçam nesta fase o seu estatuto como pólos de concentração e domínio territorial. Poderíamos admitir, seguindo uma linha de pensamento já

ensaiada para outras regiões, que a emergência desses lugares centrais no séc. II a.C. se fizesse mediante a agregação de outros pequenos focos de povoamento (SILVA 1996: 50). No entanto, a escassez de dados apenas permite sugerir a ideia, permanecendo por desvendar como e quando terá sido selado o destino do Crasto de Soure.

Certo é que este destino é cerzido na sua relação com o rio. Neste emergir de incertezas, recupera-se a imagem do presumível barco traçado numa peça de cerâmica (Fig. 13, 16 e 17). Num campo de estudo como a arqueologia, dominado por um avassalador volume de material utilitário, são preciosas as manifestações figurativas. Estas revelam gestos, evocam ideias, sentimentos, abrem-nos uma janela para a existência individual. Neste caso, um barco poderia ser o fragmento de uma história ou tão somente a representação de uma realidade muito familiar – a imagem de uma embarcação - sinónimo de viagem, aventura, prosperidade, passaporte para um destino incerto. Um destino feito passado que se procura a todo o custo perscrutar.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar o nosso agradecimento à Dra. Paula Gonçalves, responsável pela Biblioteca Municipal de Soure, pelas facilidades concedidas no processo de depósito do espólio na CMS e na disponibilização de informação documental. Durante a preparação deste estudo revelou-se de grande utilidade a leitura do relatório do nosso colega José Costa dos Santos. Gostaríamos de terminar este trabalho com uma singela evocação à sua memória.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1975), *Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale*, Paris, Editions de Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de (1976), *Les amphores, In Fouilles de Conimbriga. VI, Céramiques Diverses et Verres*, Paris: Éditions de Boccard, pp. 79-91.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Brochado de; MORAIS, Rui; FILIPE, Ana Rita (2020), Materiais arqueológicos da Cidade de Bagunte presentes no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 41, Porto, pp. 51-90.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1974), Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, 86 (1-4), Guimarães, pp. 171-197.
- ALMEIDA, Sara; SOBRAL, Pedro; PERPÉTUO, João; FIGUEIRA, Nádía; COSTA, António (2007), Estruturas e contextos da Idade do Ferro em Viseu, *Al-madan*, II Série, 15, pp. 53-59.
- ALMEIDA, Sara; NÓBREGA, José Ricardo; Vilaça, Raquel; SILVA, Ricardo Costeira da (2011), Cerâmica da II Idade do Ferro de *Aeminium* – R. Fernandes Tomás 72/74 (Coimbra, Portugal), *Conimbriga* 50, Coimbra, UC, pp. 33-57.
- ALMEIDA, Sara; SILVA, Ricardo Costeira da; VILAÇA, Raquel (2015), Testemunhos da ocupação pré-romana no *forum* de *Aeminium* (Coimbra, Portugal) / Pre-roman testimonies in the *Aeminium Forum* (Coimbra, Portugal), *Antrope*, 3, pp. 39-63.
- ALMEIDA, Sara; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; MARQUES, Rosa; DIAS, Maria Isabel; RUSSO, Dulce (2021a), Os Cacos. Sempre os Cacos... Notas sobre a produção de cerâmica em Santa Olaia na Idade do Ferro, In FERREIRA, Ana Margarida; VILAÇA, Raquel [Coord.], *Santos Rocha, Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz*. Conimbriga Anexos, 7, pp. 162-175.
- ALMEIDA, Sara; VILAÇA, Raquel; SILVA, Ana Maria; DETRY, Cleia; FILIPE, Sónia (2021b), Vestígios da ocupação do Ferro Antigo de Coimbra (Portugal) e o mito fundacional do local, *Conimbriga*, 11, Coimbra, UC, pp. 67-105.

- ARMBRUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui (coord.) (1993), *Catálogo. Coleção de Ourivesaria, Vol. 1 - Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- ARRUDA, Ana Margarida (1988/89), Conímbriga: escavações de 1988-89 1. Algumas precisões sobre a cronologia do «bairro indígena», *Portugalia*, Nova Série, IX-X, Porto, pp. 93-100.
- ARRUDA, Ana Margarida (1997), Conimbriga: fouilles de 1988-1989, In *Itinéraires Lusitaniens*, Paris, pp.13-33.
- ARRUDA, Ana Margarida (2019), Portugal na rota das Estrímnicas: evidências marítimas. In Ferrer Albelda, E. (ed.) *La ruta de las Estrímnicas. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Ibero en la Antigüedad*. pp. 371-385.
- BURACA, Ida (2005), *Civitas Conímbriga: Ânforas romanas*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa (2014), A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Santa Maia da Feira – Portugal). In MORAIS, R. FERNANDEZ, A. e SOUSA, M. (ed.) *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Monografias EX OFFICINA HISPANA II, Tomo II, pp. 291-308.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993), Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo vale do Mondego, *Estudos Orientais*, 4, pp. 229-283.
- CUNHA, Lúcio (1986), As grandes linhas de desenvolvimento do relevo na área de Soure, *Locus, Revista da Associação de Investigação do Território*, 1, Soure, pp. 25-32.
- FERREIRA, Ana M.; LAPA, Maria F. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Soure: segunda fase*, Soure, trabalho policopiado.
- FERRERBELDA, Eduardo; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco J.; SÁEZ ROMERO, Antonio M.; RODRÍGUEZCORRAL, Javier; ALBUQUERQUE, Pedro (2019), A Rota do Estanho: Gadir e o comércio fenício no Noroeste da Ibéria (Séculos IV – II a.C.), *Hélade*. 5 (2), pp. 83-117.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2006), Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC), *Journal of Mediterranean Archaeology*, 19 (1), pp. 121-150.
- IMPERIAL, Flávio (2017), *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da conquista romana do Ocidente Peninsular*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LOUREIRO, Adolfo (1874), *Memória sobre o melhoramento do Mondego e barra da Figueira* [extrahida da Revista de Obras Publicas], Lisboa, Imprensa Nacional.
- MARTINS, Alfredo F. (1940), *O esforço do Homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico*, Tese de licenciatura em ciências geográficas apresentada à FLUC, Tipografia Bizarro, Coimbra.
- MARTINS, Sandra G. F. (2020). *Cerâmicas do castro de Recarei*. Prova de aptidão académica - Escola Profissional de Arqueologia. Trabalho policopiado.
- MONTEIRO, António J. N. (1986), Arqueologia Espacial e Métodos de Prospeção, *Locus, Revista da Associação de Investigação do Território*, 1, Soure, pp. 33-38.
- MONTEIRO, António J. N. (1990), *Relatório da intervenção arqueológica no CRASTO (Soure)*. Relatório técnico policopiado.
- MONTEIRO, António J. N. (1994a), Soure. Crasto, *Informação Arqueológica*, 9, IPPAR, pp. 56-58.
- MONTEIRO, António J. N. (1994b), Crasto de Soure. *Idade do Ferro. Catálogo*. Câmara Municipal da Figueira da Foz. pp. 105.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986), *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*, London, Longman Archaeology Series.

- PEDRO, Ivone (2000), O castro da Cárcoda (Carvalhais, S. Pedro do Sul), In SENNA-MARTINEZ, João; PEDRO, Ivone (ed.), *Por Terras de Viriato, Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 166-168.
- PEDRO, Ivone; VAZ, João L. Inês (2000), A Idade do Ferro, In SENNA-MARTINEZ, João; PEDRO, Ivone (ed.), *Por Terras de Viriato, Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 149-156.
- PEREIRA, Isabel (2009), As actividades metalúrgicas na I e II Idade do Ferro em Santa Olaia – Figueira da Foz, *Conimbriga*. 48, Coimbra, UC, pp. 61-79.
- PEREIRA, Teresa R. (2013), Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal), In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 681-691.
- PIMENTA, Fernando M. T. (2011), *Soure. Das origens pré-romanas ao foral de 1111*. Câmara Municipal de Soure.
- PIMENTA, João (2005), *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, (Trabalhos de Arqueologia, 41). Lisboa. IPA.
- PONTE, Salete da (2004), Retrospectiva sobre fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal, *Conimbriga*, 43, Coimbra, UC, pp. 199-213.
- PONTE, Salete da (2006), *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Porto, Caleidoscopio.
- SANTOS, José Costa dos (2008), *Encosta do Sol. Soure, Lote 49. Relatório Final*. (Relatório Técnico submetido à DGPC).
- SALVADOR, Jorge F.; SILVA, António Manuel (2020), O Castro de Ovil (Espinho), um quarto de século de investigação (resultados e questões em aberto), In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1095-1110.
- SILVA, António Manuel S.; SOUSA, Laura C.; PINTO, Filipe M. (2016), Materiais proto-históricos do castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia), *Arqueología en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media*, 6, pp. 327-340.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel R. (2020), Walls and Castros. Delimitation structures in the Proto historic settlements of Entre Douro and Vouga region (CenterNorth of Portugal). In DELFINO, D.; COIMBRA, F. CARDOSO, D.; CRUZ, G. – *Late Prehistoric Fortifications in Europe: Defensive, symbolic and territorial aspects from the Chalcolithic to the Iron Age*. Proc. of the International Colloquium 'FortMetalAges', Guimarães, Portugal, Oxford, Archaeopress, pp. 215-228.
- SILVA, Armando Coelho F. (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, Armando Coelho F. (1996), A cultura castreja no Norte de Portugal: integração no mundo romano, In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen (Coord.), *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Preromana y romana*. Madrid, Electa, pp. 49-56
- SILVA, Armando Coelho F.; PINTO, José M. M. (2001), Comércio Púnico com o Noroeste, *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, Actas do Colóquio Internacional Lisboa, Universidade Aberta, pp. 229-238.
- SILVA, Ricardo Costeira da; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; CARVALHO, Pedro C. (2018), La cerâmica común de los contextos alto imperiales del fórum de *Aeminium* (Coimbra, Portugal), In D. Bernal Casasola, T. Cvjetanin, M. Duggan, P. M. Kenrick, S. Menchelli, C. Meyer-Freuler, & K. W. Slane (Eds.), *Rei Cretariae Fautorum Acta*, 45, Bona, pp. 29-38.

SILVA, Ricardo Costeira da; CARVALHO, Pedro C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; (2018), La cerámica de importación de los contextos de época Claudia del forum de *Aeminium* (Coimbra, Portugal), *Spal*, 27 (1), pp. 119-143.

SILVA, Ricardo Costeira da; ALMEIDA, Sara; PEREIRA, Isabel (2021), A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material, *Ophiussa*, 5, Lisboa, pp. 183-206.

SILVA, Sara Almeida; SILVA, António Manuel; LEMOS, Paulo. A. P.; SÁ, Edite Martins (2020), O Castro de Salreu (Estarreja), um povoado proto-histórico no litoral do Entre Douro e Vouga, In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1111-1126.

VILAÇA, Raquel (2007), *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto*, Conimbriga – Anexos 5, Coimbra.

VILAÇA, Raquel (2008), No rasto do Bronze Final do Centro-sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e os seus contextos, In *A terra: Conflitos e ordem (homenagem ao professor Ferreira Soares)*, Figueira da Foz, pp.75-88.

WACHSMANN, Shelley; DUNN, Richard K.; HALE, John. R.; HOHLFELDER, Robert L.; CONYERS, Lawrence B.; ERNENWEIN, Eileen G.; SHEETS, Payson; BLOT, Maria Luisa Pinheiro; CASTRO, Filipe; DAVIS, Dan (2009), Paleo-environmental contexts of phoenician anchorages, Portugal. *The International Journal of Nautical Archaeology*, nº 38 (2), pp. 221-253.

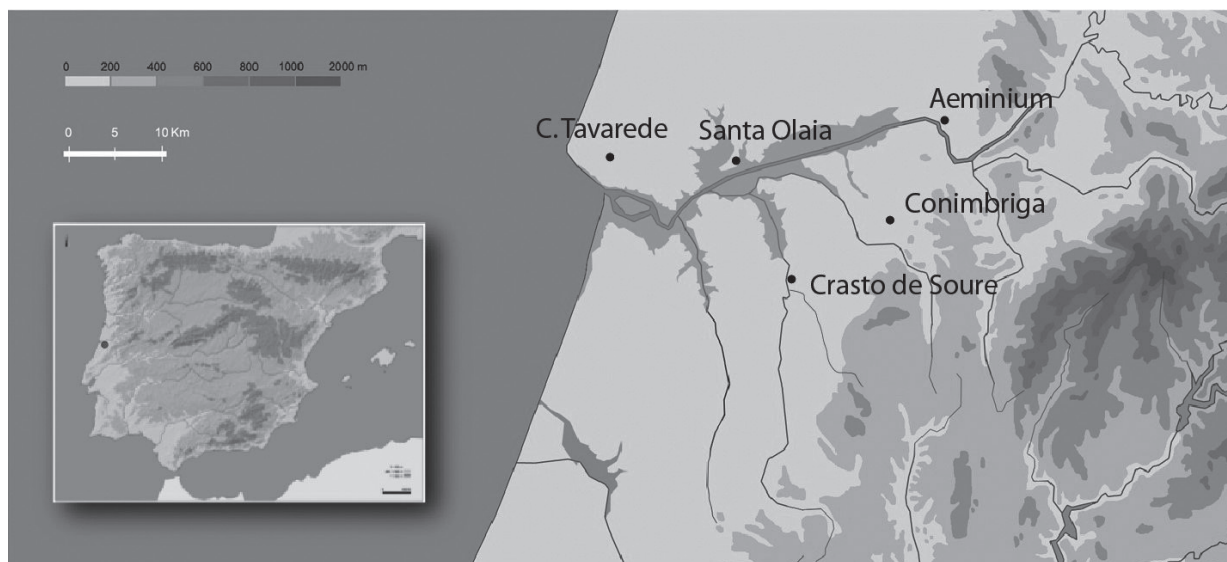


Fig. 1: Localização do Crasto de Soure e principais estações da Idade do Ferro no estuário do Mondego (base: José L. Madeira).



Fig. 2: Implantação topográfica do Crasto de Soure.



Fig. 3: O Crasto de Soure visto de Oeste.



Fig. 4: Localização das sondagens de 1987 e 1990 na planta de urbanização da Encosta do Sol, com indicação dos lotes construídos.



Fig. 5: Implantação das sondagens de 1987, 1990 e 2006 com indicação do corte A-E. O círculo assinala os quadrados 42 e 43 da área XXI e 2 e 3 da área XXVII.

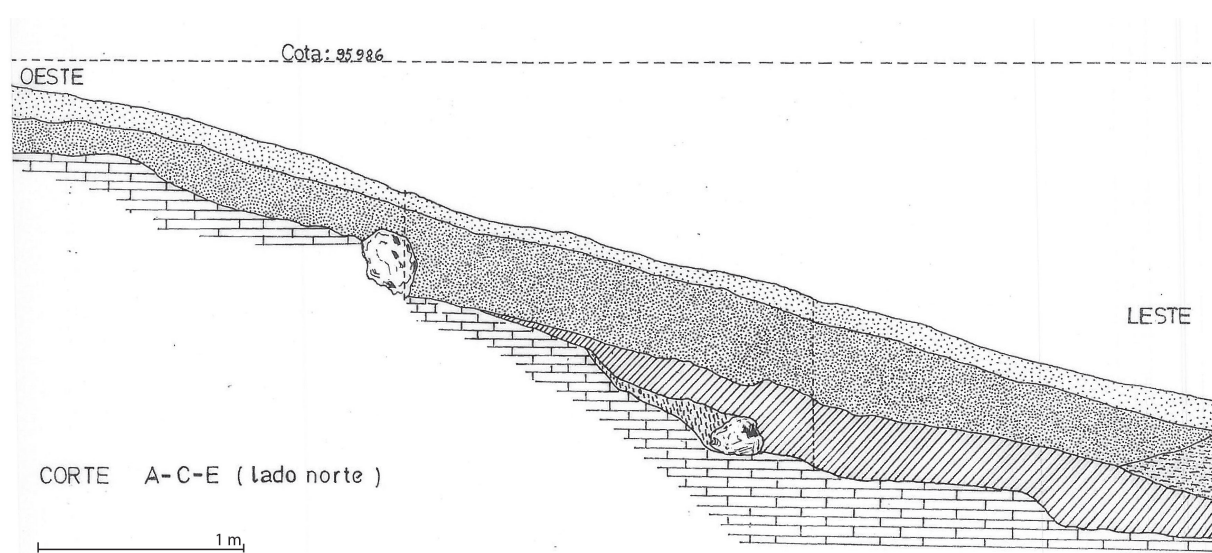


Fig. 6: Corte A-D-E com indicação de cota relativa (fonte: relatório de 1987).

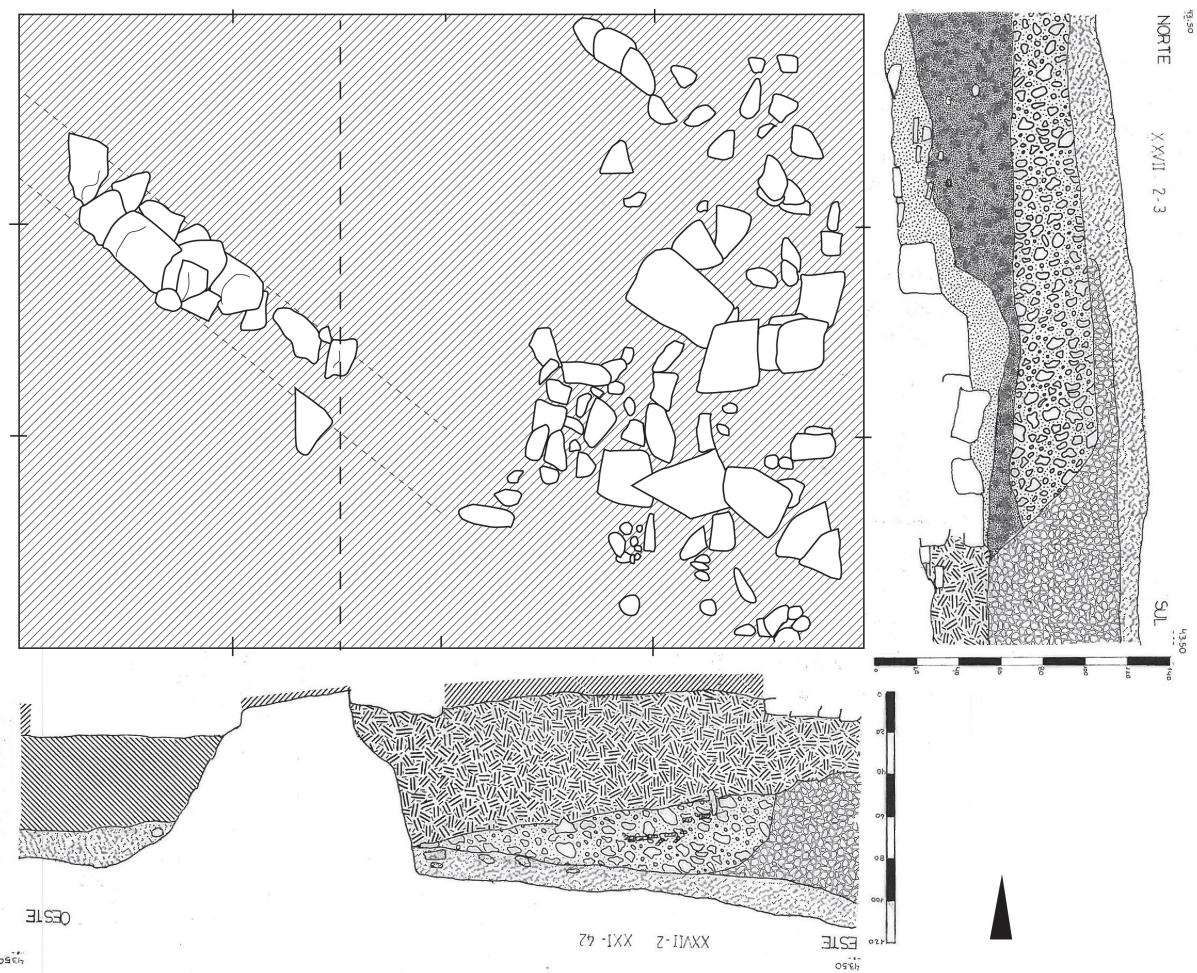


Fig. 7: Plano final dos quadrados 42 e 43 da área XXI e 2 e 3 da área XXVII, com perfis Norte e Este (fonte: relatório de 1990).

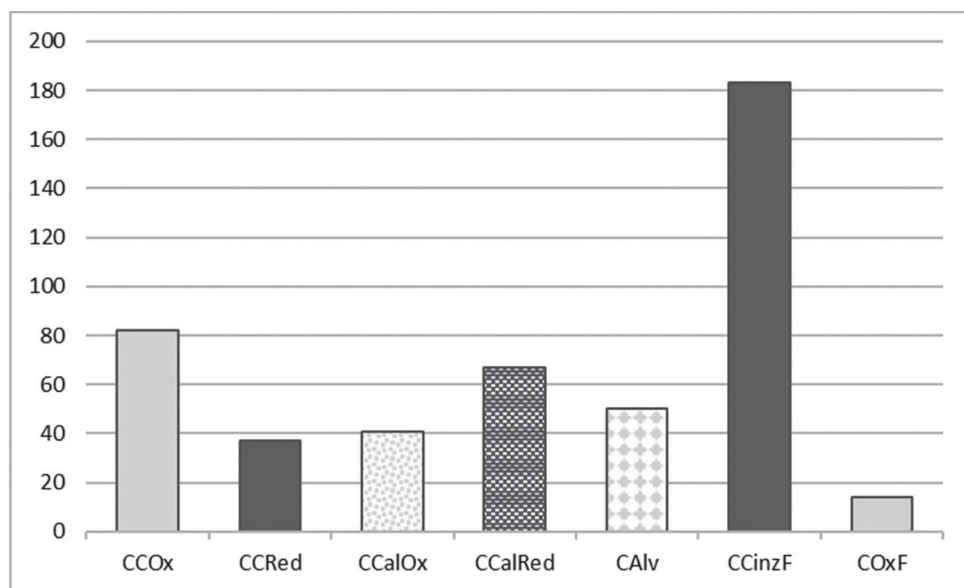


Fig. 8: Distribuição dos fragmentos de cerâmica das intervenções de 1987 e 1990 pelas várias categorias cerâmicas (base NMI).

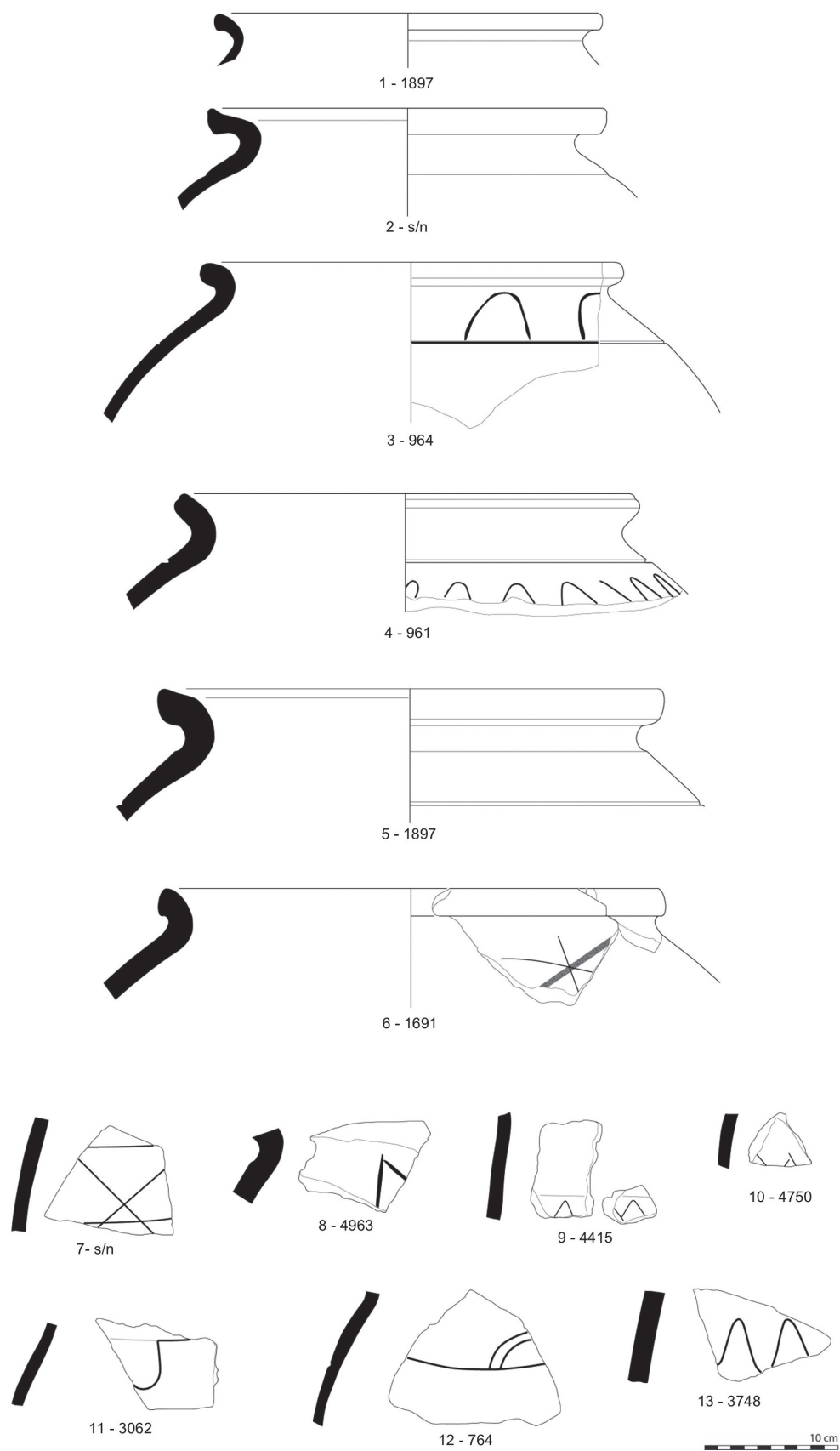


Fig. 9: Cerâmica comum oxidante.

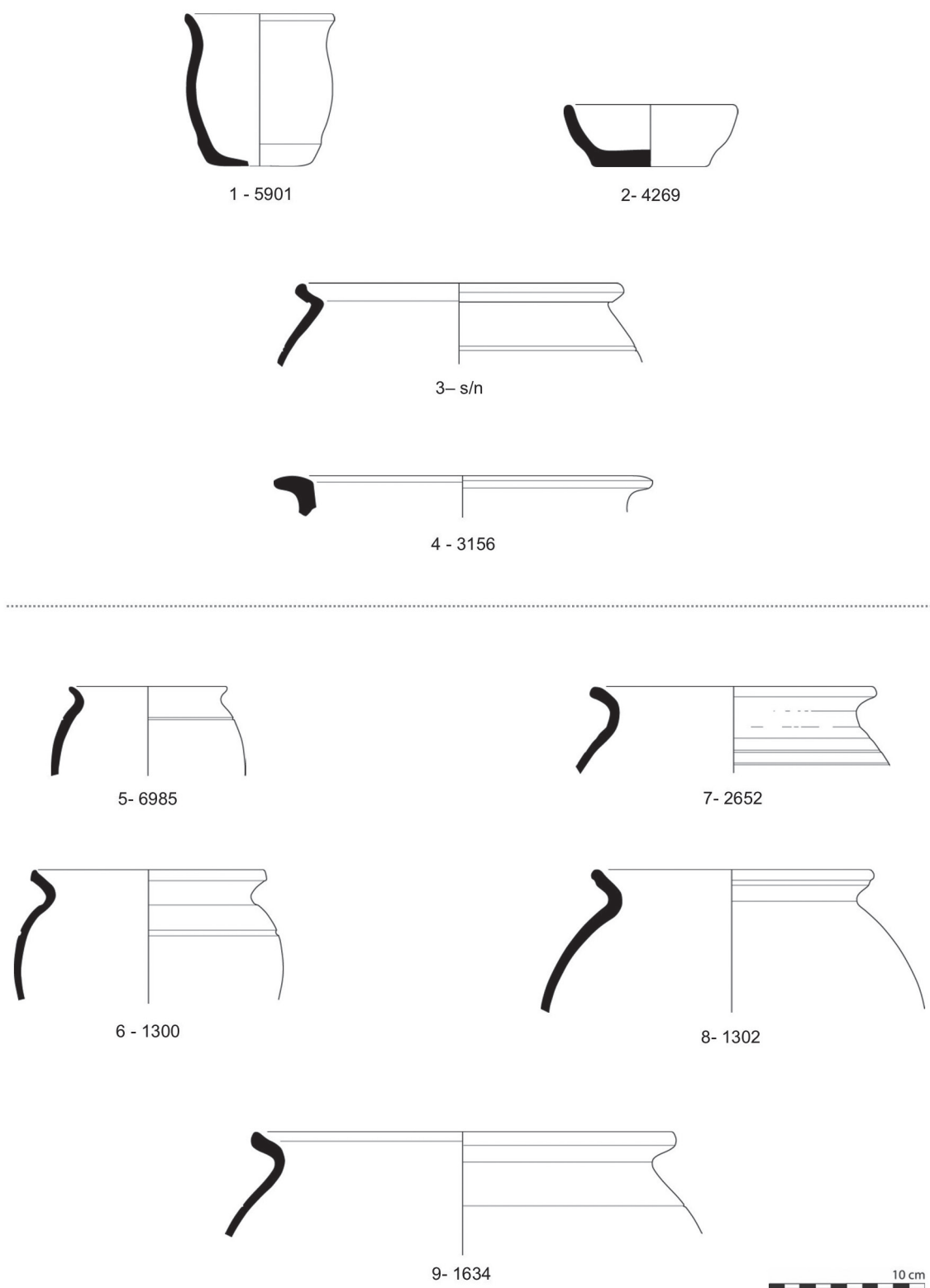


Fig. 10: Cerâmica comum oxidante (nos 1 a 4) e cerâmica comum redutora (nos 5 a 9).

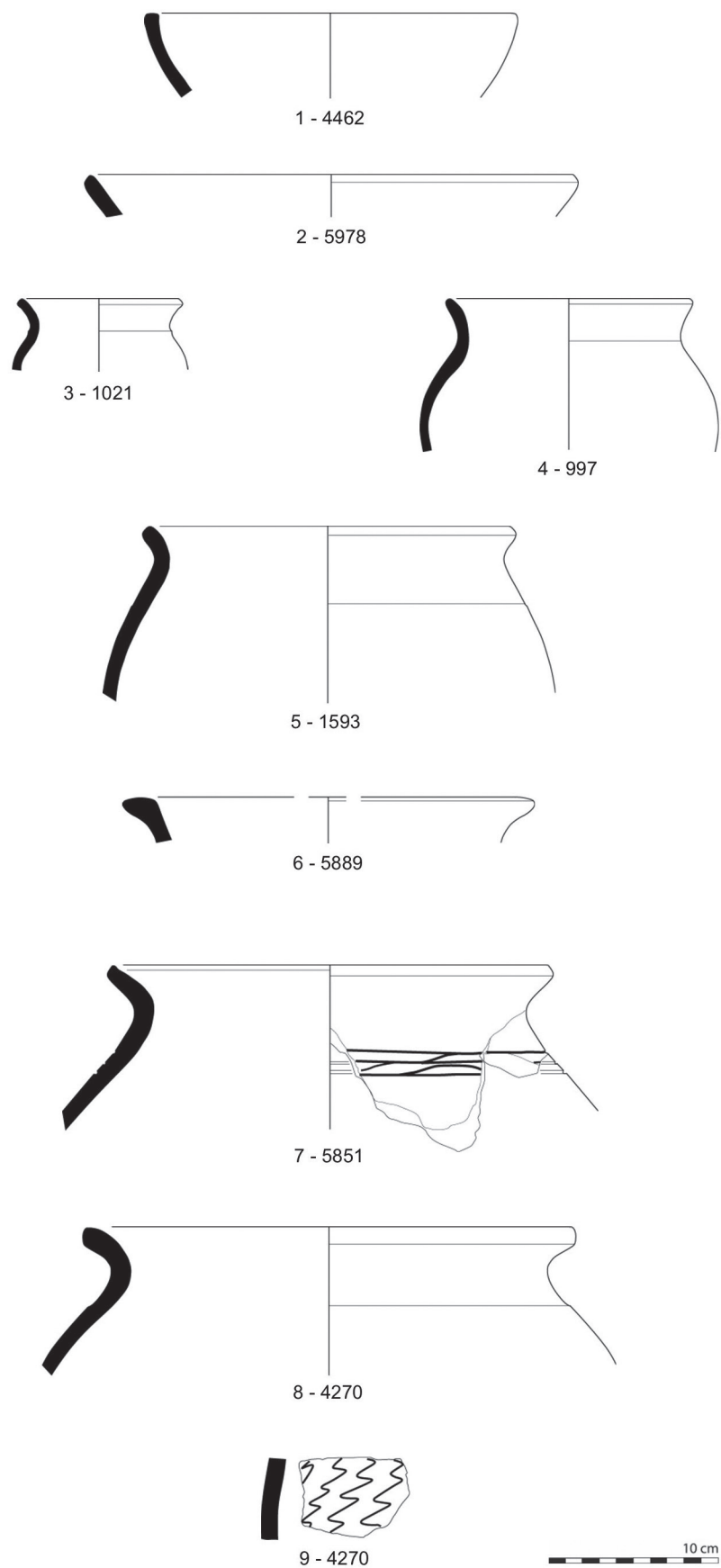


Fig. 11: Cerâmica de textura alveolar.

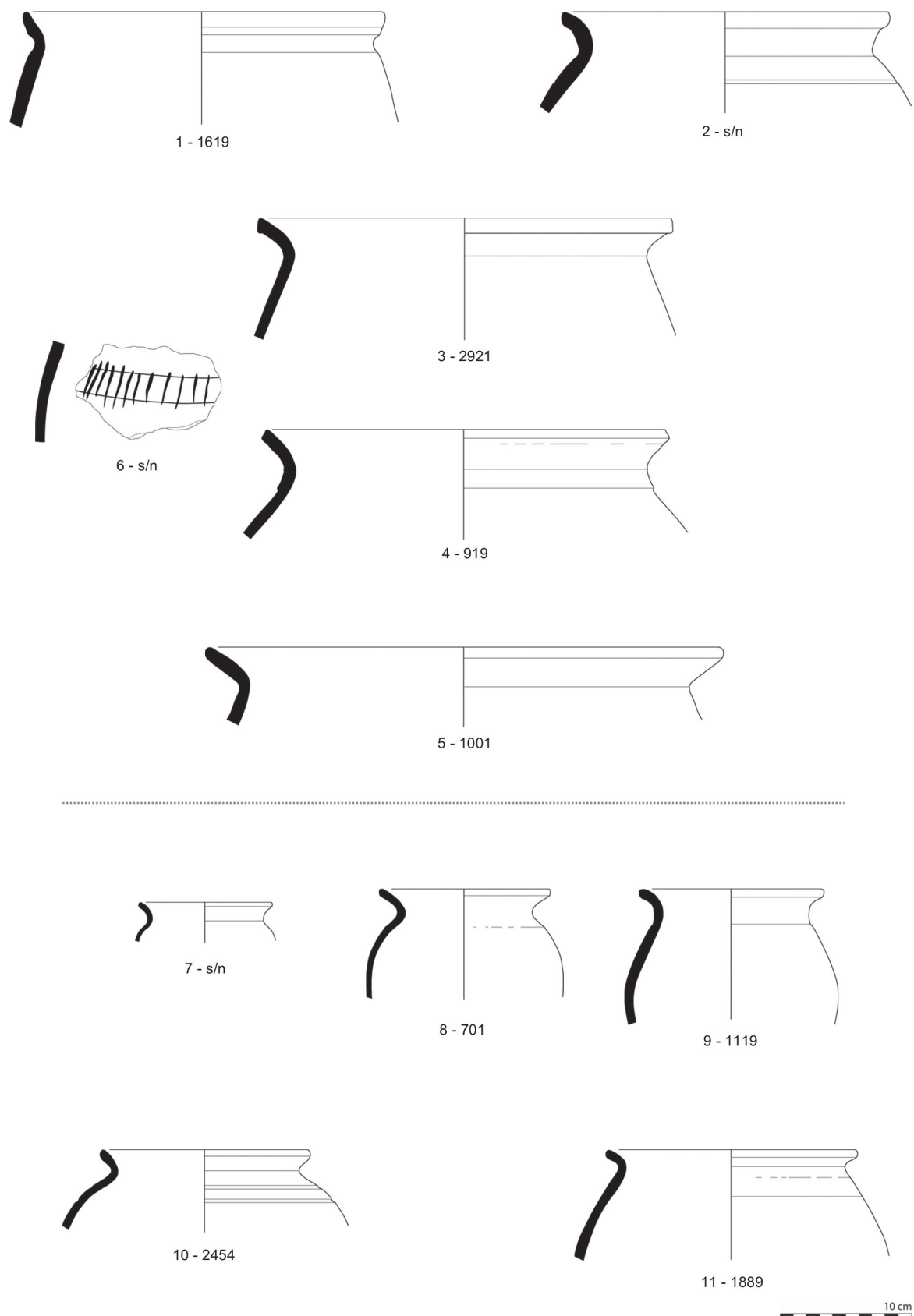


Fig. 12: Cerâmica calcítica oxidante (nos 1 a 6) e cerâmica calcítica redutora (nos 7 a 11).

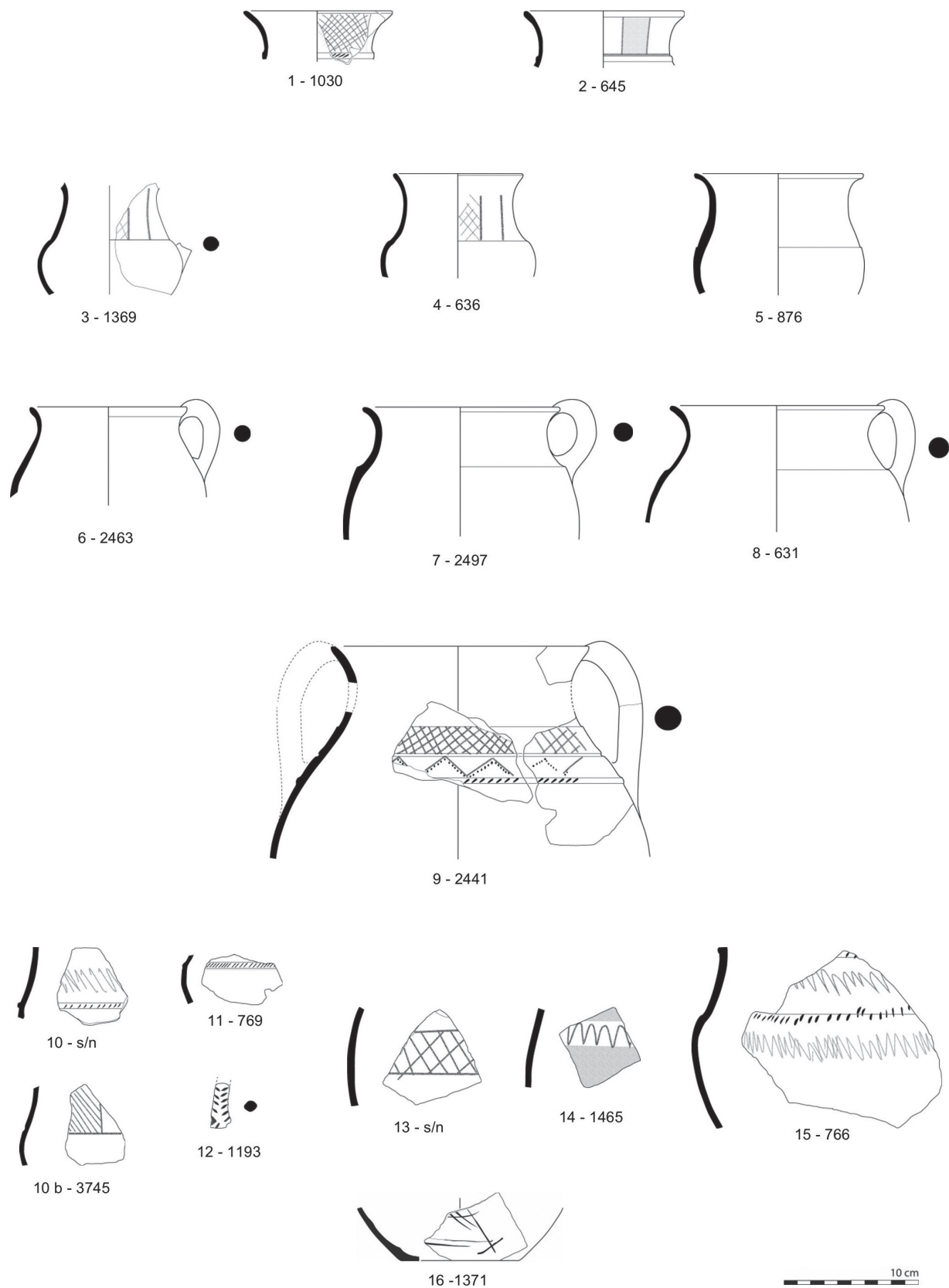


Fig. 13: Cerâmica cinzenta fina.

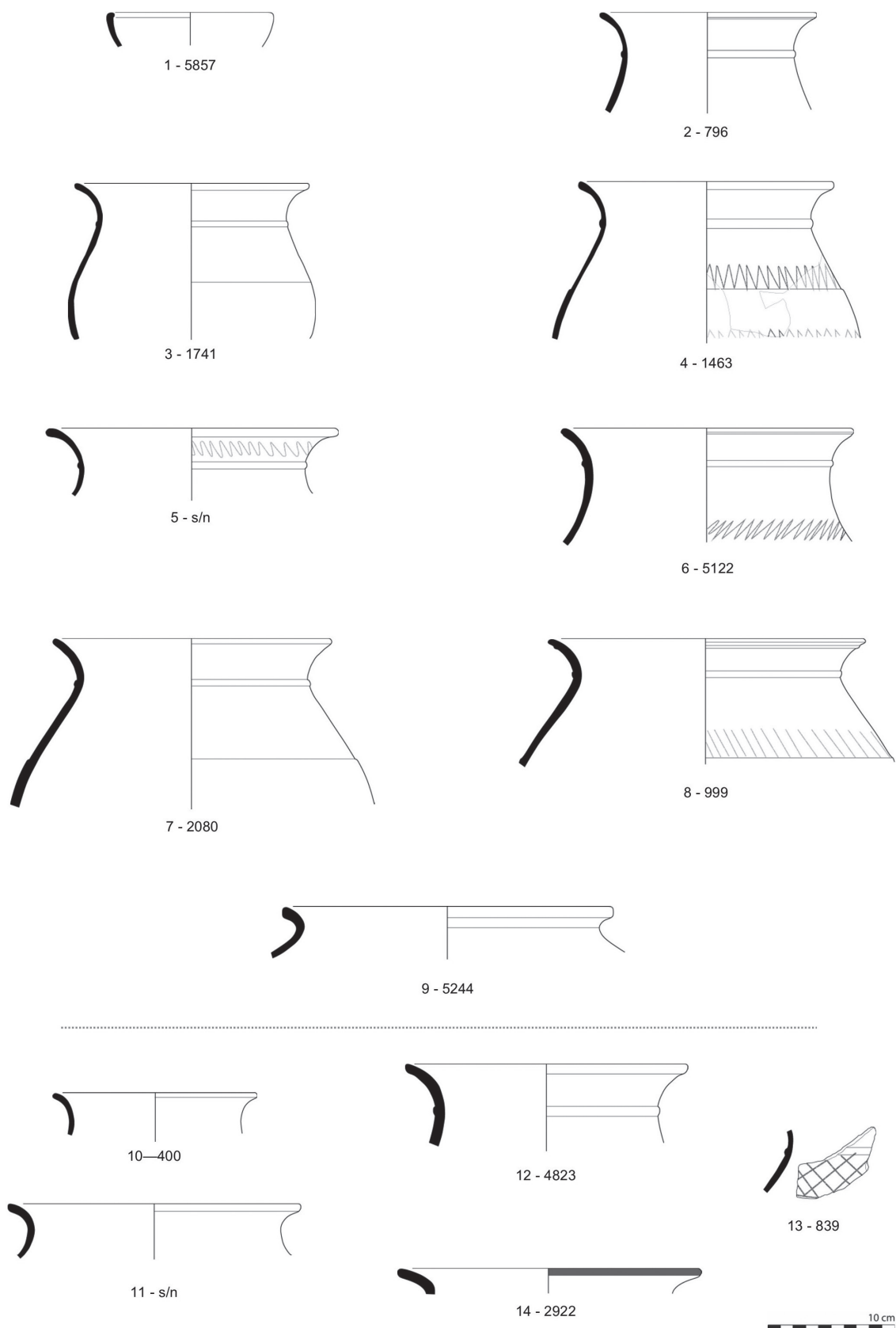


Fig. 14: Cerâmica cinzenta fina (nos 1 a 9) e cerâmica oxidante fina (nos 10 a 14).

C. C. Oxi		
C. C. Red		
C. C. alveolar		
C. Cal. Oxi		
C. Cal. Red		
C. Cinz. Fina		
C. Ox. Fina		

Fig. 15: Tabela recapitulativa das principais formas por fabrico.

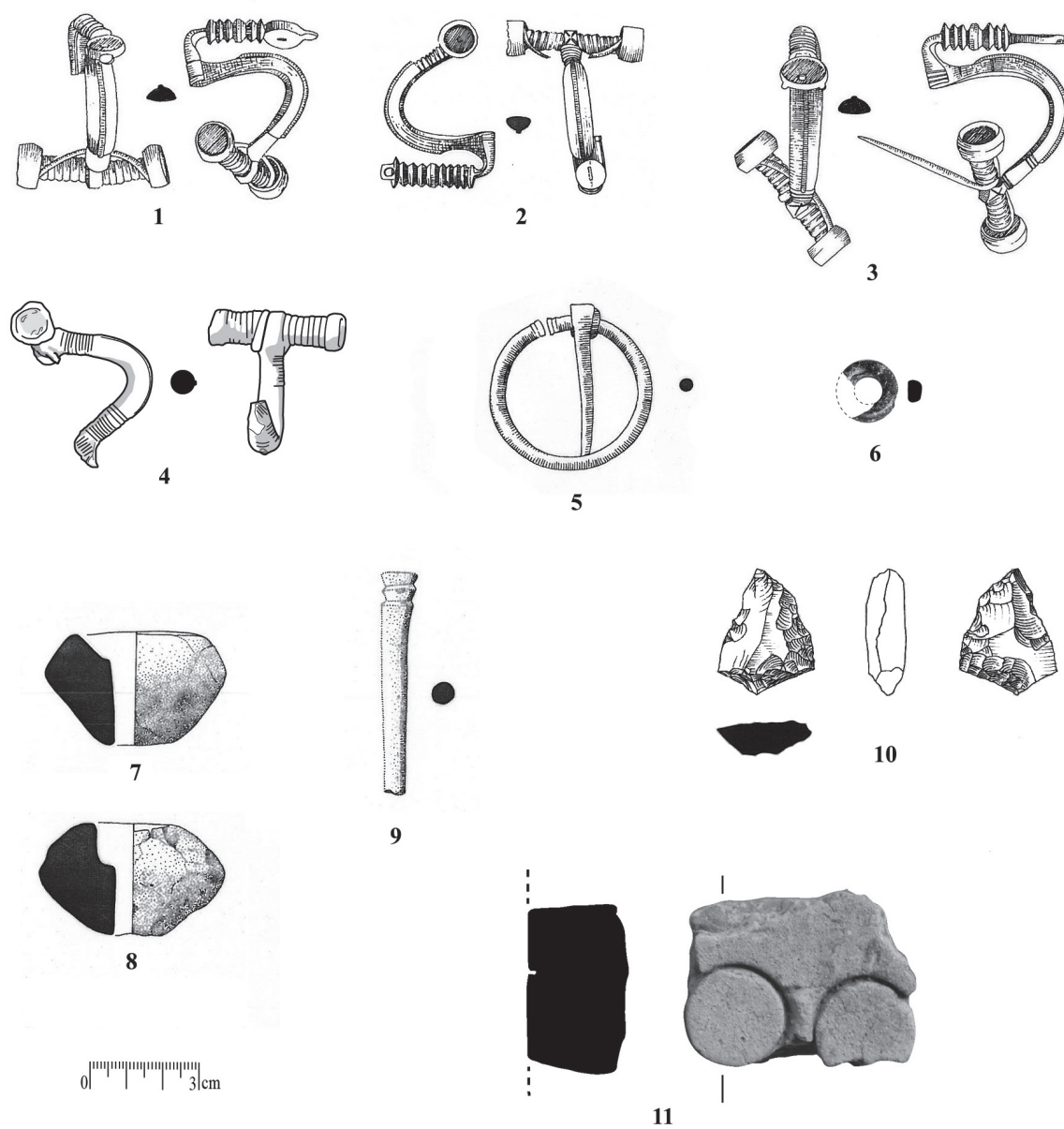


Fig. 16: Fíbulas transmontanas (nos 1 a 4); fíbula anular (nº 5); conta de colar em pasta vítrea (nº 6); cossiros (nos 7 e 8), fragmento de peça em osso (nº 9); ponta de seta em sílex (nº 10, desenho de J. Luís Madeira), fragmento de piso decorado (nº 11).

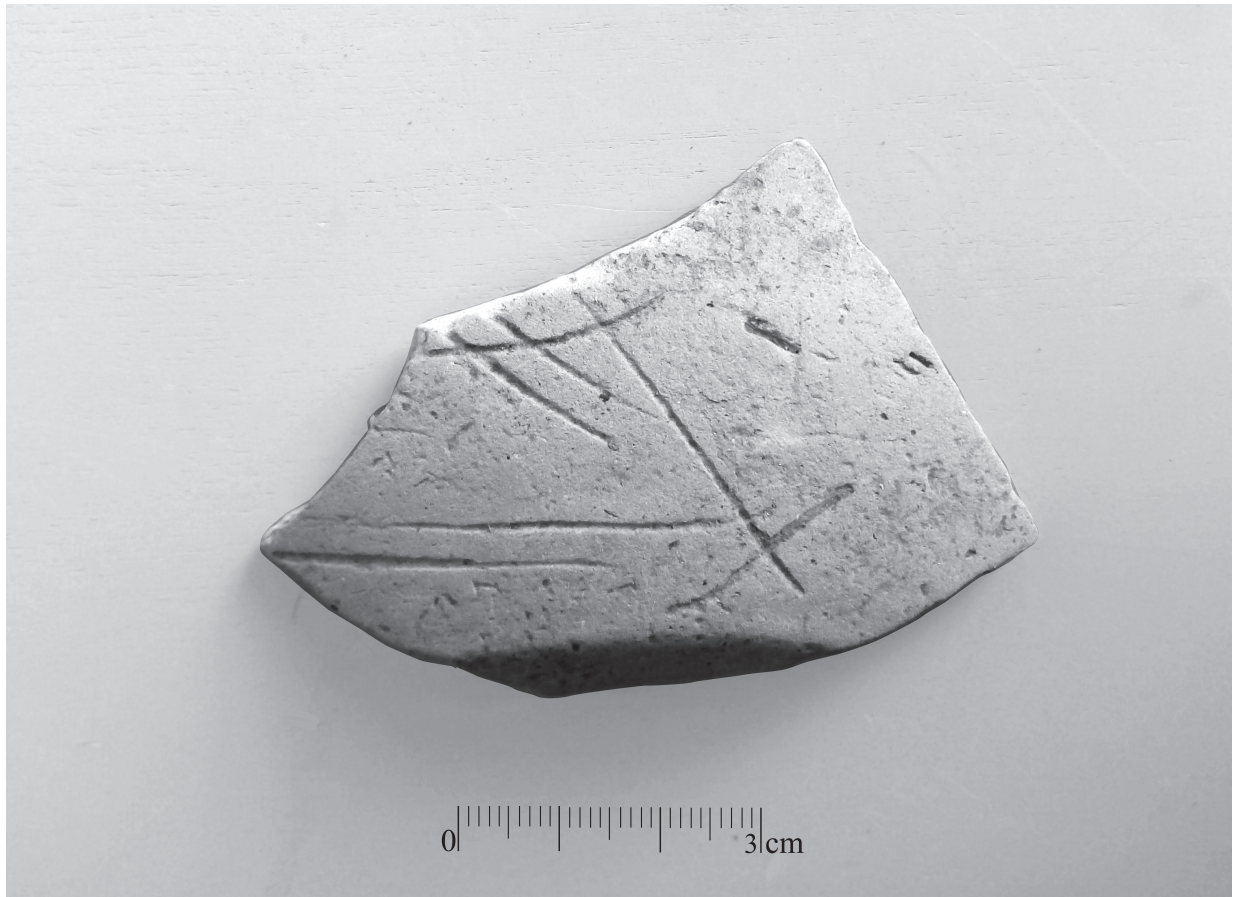


Fig. 17: Fragmento de cerâmica cinzenta fina com motivo inciso de possível embarcação.